



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

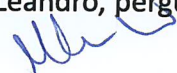
ATA DE REUNIÃO

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLE – CGRC/MAPA, REALIZADA NO DIA 16 DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

Às 15h00 do dia 16 de dezembro de 2020, horário de Brasília, reuniram-se os membros do Comitê de Governança, Riscos e Controle – CGRC/MAPA, por meio do aplicativo *Teams*, para a 2ª Assembleia do exercício de 2020. Estavam presentes os membros titulares: Márcio Eli Almeida Leandro, Secretário-Executivo Adjunto (SE) e Presidente substituto deste CGRC; Paulo Márcio Mendonça Araújo, Chefe de Gabinete da Ministra (GM); Francisco Basílio Freitas de Souza, Assessor Especial (GM); Cláudio Torquato da Silva, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI); Gustavo Pereira da Silva Filho, Diretor de Governança e Gestão (DGG/SE); José Manoel Gomes, Diretor de Administração (DA/SE); César Hanna Halum, Secretário de Política Agrícola (SPA). Como membros suplentes, participaram: Márcio Cândido Alves, Secretário Adjunto de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF); Marcelo Moreira Neves, Secretário Adjunto de Aquicultura e Pesca (SAP); Paulo Gustavo Medeiros de Carvalho, Secretário Adjunto de Assuntos Fundiários (SEAF); Rosinalva Gomes Bo, Coordenadora-Geral de Apoio às Superintendências – Substituta (CGAS). Como convidados(as): Mara Marlene Machado Papini, Chefe de Gabinete (SE); Marcos de Andrade Raphanelli, Coordenador de Planejamento Estratégico e Setorial (CPS/CGPLAN); Ricardo Dislich, Coordenador-Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (CGPLAN/DA/SE); Adriana Cavalcante de Souza, Chefe de Gabinete (SDA); Carlos Eduardo Feitosa, Coordenador (CAD/SAF); Eduardo Mattos de Freitas, Assessor da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação (SDI); Francieli Franciscatto Covatti, Chefe de Gabinete (SCRI); Jefferson de Alcântara e Silva (Secretário-Executivo do CGRC); Ana Cristina Tomaz Batalha (Secretária-Executiva *ad hoc* do CGRC); Helena Carvalho Frois (Secretária-Executiva *ad hoc* do CGRC) e Kamila Gomes da Silva (Secretária-Executiva *ad hoc* do CGRC). Estiveram ausentes os Senhores: Marcos Montes Cordeiro, Secretário-Executivo (SE), presidente do CGRC; José Guilherme Tollstadius Leal, Secretário de Defesa Agropecuária (SDA); Fernando Silvério Camargo, Secretário de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação (SDI); Lizane Soares Ferreira, Coordenadora-Geral de Apoio às Superintendências (CGAS); Orlando Leite Ribeiro, Secretário de Comércio e Relações Internacionais (SCRI). O encontro teve como objetivo a realização da 8ª Reunião Ordinária do CGRC/MAPA, a fim de deliberar sobre os assuntos da pauta: **1. Monitoramento de políticas de governança de solo não urbano. Validação de metodologia; 2. Resultados intermediários do Plano Plurianual (PPA); 3. Mensagem Presidencial; 4. Gestão de Riscos: Resultados alcançados em 2020 e previstos para 2021; 5. Informe do Controle Interno, 5.1 PCPR 2020, 5.2 Portaria de tratamento de informações do MAPA, 5.3 Instrução Normativa nº 117 Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia SGD-ME, 2020.** O Presidente Substituto do CGRC, Senhor Márcio Eli Almeida Leandro, cumprimentou os presentes e passou a palavra ao Sr. Ricardo Dislich, Coordenador-Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (CGPLAN), solicitando que este iniciasse sua apresentação pelo segundo item da pauta – resultados intermediários do PPA, conforme sugerido pelo Sr. Gustavo, visto o primeiro item da pauta tratar de assunto deliberativo, para aguardar o ingresso dos demais membros os quais ainda não haviam logado no aplicativo da reunião. O Sr. Ricardo Dislich prosseguiu explicando sobre o plano plurianual (PPA), que este é um plano do governo, de médio prazo, quatro anos, e quem organiza é o Ministério da Economia, órgão Central de Planejamento do Governo Federal. Disse que há um Manual Técnico do PPA, onde explica todo aspecto de estrutura e monitoramento do PPA e que este ano estão começando a fazer o monitoramento do primeiro ano de vigência do PPA 2020-2023. Sobre o PPA, este é organizado como forma de

programas, são setenta programas no total, e quatro desses programas são de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cada programa tem um objetivo, constituído por uma frase que descreve qual o propósito do programa; e o objetivo de cada um desses programas é monitorado. Disse também, que a meta do programa também é monitorada, definida sob forma de indicador que deve mostrar o objetivo atingido, um indicador por programa e o valor a ser atingido por indicador, ao final, em 2023. Disse que esses atributos fazem parte da lei do PPA e que depois da lei aprovada o Ministério da Economia (ME) pediu que para cada um dos programas fossem definidos resultados intermediários. Falou que em 2020 o ME passou pelo processo de definição de resultados intermediários, vinte resultados intermediários no total, dividido entre os quatro programas. A cada ano o Ministério da Economia tem três eventos de monitoramento, o primeiro evento, no início do ano, pactua os resultados intermediários que serão entregues no ano - já ocorrido. O segundo evento, que ocorre em meados de outubro, acompanha a evolução dos resultados intermediários pactuados – apuração de indicadores - e atualizados as restrições, providências e plano de monitoramento (este, atribuição do próprio Ministério da Economia, está sendo feito neste momento). O terceiro evento ocorre após o fim do ano, a fim de que seja realizada apuração do valor final de todos os indicadores para aquele ano específico, para 2020, por exemplo. Logo, o terceiro evento irá ocorrer no começo do próximo ano. Após esta explanação, enunciou que o foco de sua fala é o segundo evento, sobre apuração dos resultados intermediários em outubro/novembro. Apresentou então o resultado para cada um dos programas, informando que a comunicação é feita via sistema informatizado. Em seguida, o Sr. Ricardo Dislich relatou os resultados compilados dos programas, conforme material enviado aos membros do Comitê via Sistema eletrônico de Informação, nº (13166645). Pontuou que em relação ao programa 1031 – Agropecuária Sustentável (maior programa do Mapa atualmente) foram apurados seis resultados intermediários até outubro de 2020, constando, por exemplo, quanto à métrica da utilização das tecnologias do plano ABC no Brasil, o cadastro de 2.966 (dois mil novecentos e sessenta e seis) municípios dentre 2.989 (dois mil novecentos e oitenta e nove) estimados. Relatou ainda, os resultados intermediários dos programas: 1040 – Governança Fundiária (4 resultados, um deles já com a meta superada); 2022 – Defesa Agropecuária (6 resultados, sendo que o índice de efetividade das ações de fiscalização superou o valor, sendo 0,48 frente ao 0,1 pretendido); e 2203 – Pesquisa e Inovação Agropecuária (3 resultados). O Sr. Ricardo Dislich finalizou a apresentação, e o Sr. Presidente Substituto do CGRC, Senhor Márcio Eli Almeida Leandro, questionou se algum dos membros representantes das unidades presentes gostaria de manifestar algo sobre os dados apresentados, principalmente, àquelas que estão com metas indefinidas ou ainda não informadas. O senhor Márcio Cândido, Secretário Adjunto de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF), perguntou a respeito do envio de informações sobre a segunda etapa de apresentação dos resultados, visto a SAF ainda não ter atingido duas ou mais metas e ter preenchido, por ora, apenas os formulários referentes à primeira etapa. O Senhor Ricardo Dislich respondeu que no começo do ano de 2021 irá ser reaberto o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP para que as áreas informem qual foi a apuração dos indicadores para o ano de 2020 como um todo. Falou ainda que deverá acontecer em janeiro, mas estão tentando junto ao Ministério da Economia que o sistema esteja disponível um pouco mais cedo, devido à prestação de contas. O senhor Márcio Cândido agradeceu em seguida. O Sr. Presidente Substituto do CGRC perguntou se alguém teria mais algum questionamento ou explicação, ao que ninguém respondeu, e passou a palavra ao Sr. Ricardo Dislich, que continuou a apresentação passando ao primeiro ponto previsto na pauta - monitoramento de políticas públicas: validação da metodologia. Inicialmente, abordou o contexto da pauta, fazendo referência ao ano de 2015 - ano internacional dos solos, no qual o Tribunal de Contas da União - TCU fez um levantamento relativo às políticas públicas ligadas à conservação de solos e da água e publicou o acórdão nº 1.940/2015, que investigava várias iniciativas de governança do solo não-urbano, tais como: Zoneamentos Ecológicos-Econômicos (ZEE), Agroecológico (ZAE) e Agrícola de Risco Climático (ZARC); Cadastro e Certificação de Imóveis Rurais; Plano ABC (Plano de Agricultura de Baixo Carbono); Programa Produtor de Água; Ordenamento Fundiário, Regularização Fundiária e Reforma Agrária; Cadastro Ambiental Rural; Programa de Combate à Desertificação; e Programa Bolsa Verde. Tais iniciativas estavam, à época, relacionadas com o Mapa, Ministério do Meio Ambiente e Ministério de Desenvolvimento Agrário, e as recomendações do TCU alcançaram esses três órgãos. Uma dessas recomendações deu origem ao atual PronaSolos (Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil). Em 2019 saiu o acórdão TCU nº 1.928/2019, que é um normativo de monitoramento do acórdão TCU nº 1.942/2015, no qual foram analisadas todas as recomendações e o que foi realizado em

cada uma delas, sendo que várias foram consideradas atendidas, outras remodeladas e ainda outras direcionadas ao Mapa. Dentre essas, a recomendação principal é que o Mapa formalize e implemente rotinas de monitoramento nas políticas públicas das suas iniciativas referentes à governança do solo não-urbano, nos seguintes termos: (i) indicação de uma política pública federal de sua iniciativa para aplicação referencial de rotinas de monitoramento (o Ministério indicou o PronaSolos), (ii) formulação e implementação de rotinas de monitoramento a política escolhida, bem como indicação de demais políticas públicas de sua iniciativa pra replicação desse método de monitoramento, e (iv) formulação e implementação de rotinas de monitoramento para as demais políticas públicas federais indicadas. Na sequência, o Sr. Ricardo Dislich discorreu sobre o PronaSolos, sua criação e objetivos, conforme o Decreto nº 9.414/2018, bem como sobre a governança do programa e instituição dos Comitês Estratégico e Executivo, conforme Decreto nº 10.269/2020. Dentre as competências do Comitê Executivo está a de monitorar a política, ação por sua vez requerida pelo TCU em seu acórdão. A Coordenação-Geral de Conservação de Solo e Água da SDI (que presta apoio ao comitê e ao PronaSolos) desenvolveu, em colaboração com a CGPLAN, proposta de metodologia para fazer o monitoramento. O Sr. Ricardo descreveu a metodologia sob 2 (dois) aspectos: 1) planejamento, a fim de conhecer o que se quer monitorar; e 2) a rotina de monitoramento em si. Discorreu detalhadamente cada um desses aspectos e seus respectivos papéis na realização de um monitoramento efetivo, apresentando proposta de definição de produtos, responsáveis, indicadores e metas para cada objetivo do programa, no caso específico do programa PronaSolo, bem como sugestão da rotina de monitoramento a ser seguida. Sobre à rotina de monitoramento, destacou que as informações serão inseridas em sistema informatizado, e citou ainda a periodicidade e formato das reuniões dos Comitês Executivo e Estratégico, responsáveis pelas decisões quanto às necessidades identificadas por meio da rotina de monitoramento. O Sr. Ricardo citou, ainda, quais as políticas a serem monitoradas no futuro sob a responsabilidade do Mapa em adaptação ao rol elencado no acórdão do TCU de 2015, permanecendo as seguintes: Zoneamento Agroecológico (ZAE) e Agrícola de Risco Climático (ZARC); Plano ABC (Plano de Agricultura de Baixo Carbono); Ordenamento Fundiário, Regularização Fundiária; Reforma Agrária e o Cadastro Ambiental Rural. Após esta explanação, o Sr. Ricardo Dislich encerrou sua apresentação, passando a palavra ao Presidente Substituto, Márcio Eli Almeida Leandro, que por sua vez, solicitou aos membros do Comitê que manifestassem suas contribuições e observações, principalmente os representantes das áreas envolvidas na proposta e na gestão do PronaSolos, a fim de deliberarem quanto à validação da proposta apresentada. O Senhor Eduardo Mattos de Freitas, assessor da (SDI), se apresentou informando que estava participando da reunião em substituição do Secretário, Sr. Fernando Camargo, e de seu suplente, Sr. Pedro Alves Correa Neto, e em sua fala elogiou o bom trabalho prestado pela Coordenação-Geral de Conservação de Solo e Água em conjunto com o Coordenador-Geral de Planejamento, Ricardo Dislich e equipe na construção da metodologia, comentou sobre os desafios vencidos e as adaptações necessárias na construção do mesmo, destacando o bom encaminhamento desta a fim de atender às demandas do TCU e auditoria. Destacou ainda a importância da realização do mapeamento a ser realizado pelo PronaSolos, que deve resultar em uma boa política pública quanto à gestão de recursos públicos, evitando perdas de produtividade, à semelhança do que vem sendo feito nos Estados Unidos desde a década de 1980. Relatou sobre o lançamento da plataforma digital do PronaSolos no dia três de dezembro de dois mil e vinte, e das demais secretarias para realizar o levantamento de dados e, assim, resultar em um bom trabalho para o Mapa. Passou-se a fala ao Sr. Claudio Torquato da Silva, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), que ressaltou a importância da colaboração do Sr. Ricardo Dislich (CGPLAN) no processo junto ao TCU, ação está monitorada pela Casa Civil. Na sequência, o Sr. Gustavo Pereira da Silva Filho, Diretor de Governança e Gestão (DGG), observou a necessidade de um programa desse tipo, que permita ao Brasil conhecer seus solos com nível de detalhamento e formação para ajudar outras áreas, e que percebe a alocação histórica de recursos colocados em orçamento para melhoramento e conservação do solo, mas apenas com o PronaSolos percebe a realização de uma ação efetiva, sendo este programa básico para todas as ações do meio rural, que necessitam dessas informações. Elogiou ainda a interlocução do trabalho, feito pela Embrapa e SDI, com o apoio da Assessoria Especial de Controle Interno e o TCU, observando que este, diferente da forma tradicional de agir a respeito da cobrança de contas, cobra ação a fim de que o dinheiro público seja aplicado de uma forma favorável aos contribuintes e ao setor. Destaca ainda que o objetivo de trazer a metodologia para ser validada pelo CGRC é incentivar o trabalho que está sendo feito, bem como sinalizar que esta metodologia se expanda para ser aplicada a demais políticas além das apresentadas. O Sr. Marcio Eli Almeida Leandro, perguntou



se haveria outra proposta sobre o que estava sendo apresentado, ao que ninguém demonstrou óbice, declarou assim a metodologia validada pelo CGRC, bem como definidas as políticas a serem monitoradas no futuro sob a responsabilidade do Mapa em adaptação ao rol elencado no acórdão do TCU de 2015, quais sejam: Zoneamento Agroecológico (ZAE) e Agrícola de Risco Climático (ZARC); Plano ABC (Plano de Agricultura de Baixo Carbono); Ordenamento Fundiário, Regularização Fundiária; Reforma Agrária e o Cadastro Ambiental Rural. Passou-se para o item seguinte da pauta, sobre a mensagem presidencial, com a convidada Mara Marlene Machado Papini, Chefe de Gabinete (SE). Esta relatou que o Mapa já enviou seu material via Sistema Governar da Casa Civil, e que este material foi compilado e consolidado a partir das informações enviadas pelas diversas áreas do Mapa ao Gabinete. Disse ainda que a Casa Civil está analisando o material, que pode retornar para uma revisão, visto que foi solicitado ao Mapa o envio de um material objetivo e sucinto que abarcasse informações das políticas executadas pelo Mapa nos últimos dois anos em consonância com o plano de governo do Presidente da República. O Sr. Gustavo Pereira da Silva Filho adicionou que foi necessário um esforço para compilar o balanço das informações dos anos 2019/2020 e que é notável o bom trabalho do Mapa ao longo dos últimos dois anos, parabenizando todos os colegas pela produtividade e avanços alcançados até o momento. Após, o Sr. Marcelo Moreira Neves, Secretário Adjunto de Aquicultura e Pesca (SAP), pediu a palavra e ressaltou como é importante essa avaliação do que está sendo feito com o plano de governo proposto pelo Presidente. Na sequência o Sr. Marcio Eli Almeida Leandro passou a fala ao Sr. Jefferson de Alcântara e Silva (Secretário-Executivo do CGRC) para que este abordasse o item seguinte da pauta, gestão de riscos: resultados alcançados em 2020 e previstos para 2021. O Sr. Jefferson iniciou sua apresentação abordando o contexto relacionado aos riscos estratégicos e operacionais, em ações nas seguintes frentes de atuação: capacitação, plano de comunicação, apoio técnico, ferramentas de gestão de riscos e modelo de aplicação. Abordou os resultados e metas alcançadas em cada uma dessas frentes, destacando a capacitação de mais de cem servidores, a produção de peças publicitárias sobre gestão de riscos, a conclusão do mapeamento de riscos do projeto piloto de mapeamento do processo de contratação de mão de obra terceirizada, que envolveu diversos estados, a estabilidade de acesso ao Sistema Ágatha e o aperfeiçoamento de *templates* e modelos de planilhas criados bem como da política e metodologia de gestão de riscos. Relatou ainda o ciclo de gestão de riscos nas Unidades Gestoras de Riscos e Controles Internos (UGRCIs) em diversas fases, exemplificando os trabalhos que estão sendo realizados pela Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) e Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária - Lanagros. Divulgou também as ações planejadas para ocorrerem em 2021 dentro das frentes de atuação, tais como treinamentos, consultorias e construção de ferramentas e modelos. Informou também sobre o balanço de ações em 2020 do Projeto de Cooperação Técnica – PCT- BRA-IICA 16/001, que abrange todas as unidades do Mapa e tem como objetivo melhorar a gestão estratégica do órgão. Relatou, ainda, o histórico de andamento do projeto, destacando que há um total de 35 (trinta e cinco) projetos enviados ao IICA, dentre os quais há os que estão em vias de contratação e totalizam mais de R\$ 13 milhões (treze milhões de reais). Há previsão ainda de envio de mais 6 (seis) termos de referência, com valor estimado de R\$ 500 mil (quinhentos mil reais) no intuito de totalizar 41 (quarenta e um) processos. O Sr. Jefferson finalizou a apresentação e agradeceu a atenção de todos os presentes. Em sequência, o Sr. Márcio Eli Almeida Leandro, perguntou ao Sr. Francisco Basílio Freitas de Souza, Assessor Especial (GM), se este teria alguma mensagem para o Comitê. O Sr. Basílio pediu desculpa pelo atraso na reunião, e parabenizou o Sr. Jefferson e equipe pelo avanço e celeridade na gestão do citado PCT. O Sr. Marcio Eli então prosseguiu para o próximo item da pauta, informes do controle interno, passando a palavra ao Sr. Claudio Torquato da Silva, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI). Este parabenizou o Sr. Jefferson pela apresentação e pela parceria na condução dos trabalhos de gestão de riscos e riscos à integridade no final do semestre, e comentou que este trabalho gerará frutos positivos para o próximo ano. Apresentou as informações da Prestação de Contas da Presidência da República (PCPR), relatando que há doze pontos pendentes relativos aos anos de 2019, 2017 e 2016, sendo dez herdados do INCRA e dois do Mapa. Divulgou a norma publicada recentemente sobre a PCPR e destacou a necessidade de cuidado com os dados a serem fornecidos para a PCPR, a respeito dos dados de execução orçamentária e financeira, a fim de que sejam fidedignos para não decorrerem, por exemplo, em crime de responsabilidade. Relata que permanece, dentro dos pontos da PCPR, a elaboração do Relatório de Gestão e que há mudanças relacionadas à transparência ativa, isto é, informações que serão divulgadas diretamente na página virtual do Mapa, em cumprimento a exigências do TCU e divulgação direta à sociedade. Quanto ao Relatório de Gestão, este será elaborado como de costume, mas não será enviado

pelo Sistema E-Contas do TCU, será divulgado na página virtual do próprio Mapa, de onde serão acessados pelos órgãos de controle, e tais informações deverão ser atualizadas trimestralmente. Quanto à implementação da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), que já está parcialmente em vigor, com exceção da parte relativa a penalidades, prevista para entrar em vigor a partir de agosto de 2021, é necessário ainda a nomeação de um encarregado pelo tratamento de dados pessoais, até o dia 19 de dezembro de 2020, conforme solicitado por meio de Instrução Normativa do Ministério da Economia. Por fim, o Sr. Claudio Torquato relatou sobre uma encomenda feita pela Ministra há um tempo atrás em uma reunião sobre tratamento de informação, a equipe da ouvidoria junto à equipe do DGG e o Sr. Ric Marlone (DA) para construir normas que tratam de sigilo da informação pública, uma vez que vazamentos de informação pública são sempre preocupantes dentro do MAPA. Já há, portanto, uma minuta dessa norma que traz a premissa de que o documento técnico deve surgir e permanecer com o *status* de restrito até cumprir todo o seu objetivo interno e se tornar um ato final para ganhar publicidade, passando ao *status* de público. O Sr. Cláudio encerrou sua apresentação passando ao Sr. Manoel Gomes (DA), que informou estar aguardando a validação da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI para dar prosseguimento a esta proposta referente ao *status* dos documentos. A Sra. Mara Marlene Machado Papini fez uma colocação, solicitando colaboração das áreas quanto ao prazo de análise de questionamentos redirecionados pela Ouvidoria, a fim de que os questionamentos possam ser respondidos ao interlocutor final dentro dos prazos e de forma que os setores responsáveis pela gestão consigam analisar e revisar em tempo hábil, sugeriu inclusive que os Secretários escolham pontos focais para acompanhar e cobrar as respectivas áreas, a fim de que o cidadão tenha acesso a informação de qualidade dentro do prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação. O Sr. Márcio Eli Almeida Leandro perguntou se alguém teria mais alguma observação a respeito da pauta explanada pelo Sr. Claudio Torquato. O Sr. Gustavo Pereira comentou que a área de orçamento do (DGG) publica os painéis de execução orçamentária e financeira já há algum tempo, e que acredita que atenderá as exigências de forma específica. Adicionou que está em lançamento o boletim de análise da execução, a ser divulgado trimestralmente, e relatou ainda que devem ser ajustados alguns detalhes para que o Mapa esteja preparado para atendimento das demandas de divulgação orçamentária-financeira. Informou adicionalmente que a pauta do CGRC está sendo gerida de forma a estar alinhada com as informações e orientações advindas do Comitê de Governança da Casa Civil. O Sr. Márcio Eli Almeida Leandro sugeriu ainda que haja maior participação interna das Secretarias quanto à sugestão de temas à pauta, assuntos de interesse geral do Ministério, levando as sugestões até o Sr. Jefferson de Alcântara e Silva, Secretário Executivo do Comitê, para que este coloque na pauta. O Sr. Márcio Eli Almeida Leandro agradeceu a participação de todos, sugerindo que haja data para próxima reunião do Comitê, ao que o Sr. Jefferson de Alcântara e Silva se manifestou, dizendo que a reunião está prevista sempre para o final de cada trimestre, sendo a próxima prevista para a segunda quinzena de março de 2021, e as seguintes para a segunda quinzena de junho, segunda quinzena de setembro e segunda quinzena de dezembro. Por fim, o Senhor Presidente Substituto do CGRC deu a reunião por encerrada às 16h30min.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MANOEL GOMES, Diretor do Departamento de Administração**, em 26/02/2021, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14001067** e o código CRC **9B6FF4A0**.